



Seminário Nacional do Movimento Estratégico pelo Estado Laico

Laicismo ou laicidade?

Desafios atuais
do Estado

Democrático Brasileiro





Seminário Nacional do Movimento Estratégico pelo Estado Laico

Laicismo ou laicidade?

Desafios atuais
do Estado

Democrático Brasileiro



Brasília, Setembro de 2015

**Seminário Nacional do Movimento Estratégico pelo Estado Laico
Laicismo ou laicidade? Desafios atuais do Estado Democrático Brasileiro**

Realização: Movimento Estratégico pelo Estado Laico (MEEL)

Organizadores: Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Plataforma DHESCA, Conselho Regional de Psicologia e Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais (ABGLT)

Coordenação

Joluzia Batista
Tatiana Lionço

Transcrição

Diana Veríssimo Cunha
Masra de Abreu Andrade

Revisão

Marilene de Paula

Capa, projeto gráfico e diagramação

Beto Paixão

Fotos

Débora Vaz

Os textos que se seguem são trechos das falas colhidas durante o Seminário Nacional do Movimento Estratégico pelo Estado Laico, ocorrido em 26 de agosto de 2014, em Brasília.

Apoio: Fundação Heinrich Böll Brasil



Creative Commons Attribution-NonCommercial
No Derivatives 4.0 International License

É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte.

Brasília, setembro de 2015.

Sumário

- 1. Laicismo ou laicidade: Desafios
atuais do Estado Democrático Brasileiro 4**
- 2. Mesa de provocações: Laicismo ou Laicidade.
Desafios atuais do Estado Democrático Brasileiro 9**
- 3. Fala aberta ao público 26**

1

LAICISMO OU LAICIDADE:

DESAFIOS ATUAIS DO ESTADO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

Em 26 de agosto de 2014, em Brasília, ativistas, representantes de organizações da sociedade civil, pesquisadores e lideranças religiosas se reuniram no Seminário Nacional do Movimento Estratégico pelo Estado Laico (MEEL). O MEEL é um coletivo de organizações

e redes brasileiras que têm em sua origem a determinação de enfrentar o avanço das forças conservadoras e fundamentalistas no Brasil, "buscando contribuir para garantir que as decisões sobre a legislação, políticas e serviços públicos sejam baseadas em evidências e não em crenças religiosas de qualquer natureza". Foi criado para somar-se aos esforços nacionais em prol da garantia da laicidade do Estado brasileiro e dos direitos humanos.

Os direitos à liberdade de consciência e à liberdade de expressão têm sido reivindicados tanto por defensores dos direitos humanos, direitos sexuais e direitos reprodutivos quanto por conservadores que associam sua fé religiosa a posicionamentos políticos.

A laicidade do Estado não está formalmente questionada, embora haja divergências no entendimento do que seja a laicidade.

Impulsionado inicialmente por importantes redes que historicamente defendem os direitos humanos no Brasil, tais como Associação Brasileira de Gays Lésbicas e Transsexuais (ABGLT), Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB), Conselho Federal de Psicologia (CFP), PLATAFORMA DHESCA, e Comunidade Bahá'í, o MEEL continua agregando diversas redes e grupos pautados na luta intransigente pelas liberdades democráticas.

Os textos que se seguem são trechos do que foi discutido durante o seminário. Boa leitura a tod@s!

Gabriel

Comunidade Bahá'í

A Comunidade Bahá'í, desde a sua fundação, tem uma experiência de 160 anos de luta contra a perseguição, em especial do governo do Irã. Então, a participação Bahá'í nesse seminário se dá, também, num contexto de reconhecimento da necessidade de promoção do Estado laico; que se reconheçam os impulsos da religião como algo promotor da civilização, mas que ela não intervenha diretamente no sentido de perseguição ou de promoção de uma única tendência.

Lilian Huzioka

Plataforma DHESCA

É com muita alegria que realizamos esse seminário do Movimento Estratégico pelo Estado Laico (MEEL), do qual a Plataforma de Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais participa desde a sua instituição, em 2011. Principalmente nesse momento, que é de grande dificuldade de efetivar e assegurar os direitos de populações e grupos diversos. A Plataforma acompanha as atividades do MEEL e vem reforçar a importância do movimento e convida a todos a participarem ativamente do MEEL.

Carlos Magno Fonseca

ABGLT

Sou presidente da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais (ABGLT), que hoje é a maior organização LGBT da América Latina e Caribe. No nosso último congresso, chegamos ao número de 308 organizações afiliadas. O evento de hoje reúne boa parte da vanguarda de movimentos de direitos humanos e dos movimentos sociais e vamos debater o rumo dessa unidade, com as diferentes agendas, a partir de uma questão central que nos unifica: a defesa do Estado Laico.

No ano passado houve um momento muito tenso quando a Comissão de Direitos Humanos da Câmara foi tomada por um fundamentalista, racista, machista, o Pastor Marcos Feliciano, e que mostrou para o país do que eles são capazes quando chegam em determinados espaços de poder. Por isso, é necessário que os movimentos sociais, com suas diferentes tradições, diferentes agendas, possam ter uma unidade. Em nosso último congresso avaliamos que a defesa do Estado laico é a defesa da democracia, da dignidade humana.

Não é à toa que no processo eleitoral há uma corrida constante aos votos dos evangélicos e a pauta dos Direitos Humanos, das mulheres, dos LGBTs, dos

negros está sendo inviabilizada ou desprezada. Então, o debate deve analisar o que está acontecendo no país e apontar um rumo que todos nós, lutadores, teremos que seguir no próximo período.

Tatiana Lionço

Conselho Federal de Psicologia I, do Distrito Federal

É importante chamar a atenção de que o sistema de conselhos de psicologia integra o MEEL, sendo um dos atores políticos desde a fundação desse movimento.

A psicologia entende que as ciências e as práticas profissionais comprometidas com a constituição democrática devem se pautar no princípio da laicidade, o que não exclui o reconhecimento da espiritualidade e da religiosidade como determinantes e fatores relevantes no processo de subjetivação. Nessa perspectiva, o campo da psicologia é um ator político que vem sofrendo ofensivas por parte de atores do campo que temos denominado de fundamentalismo religioso. Por exemplo, forças no âmbito do Legislativo buscando alterar normativas de classe no que se refere à não patologização das homossexualidades.

A própria psicologia, por meio de inspeções realizadas pelo Conselho Fede-

ral e pelo Conselho Regional do Rio de Janeiro, tem denunciado maus tratos e violação de direitos em instituições religiosas de assistência ao usuário de drogas. Então, é nessa perspectiva que a psicologia se envolveu ativamente nesse processo. E é importante salientar que a psicologia, ao defender a liberdade subjetiva, a diversidade subjetiva e a liberdade de consciência, é também um campo aberto ao diálogo com as práticas de saberes não-científicos e, nesse sentido, é bem-vindo o diálogo com diferentes religiões, inclusive com grupos sociais que não se identificam com nenhuma religião ou até mesmo os que se identifiquem como ateus.

Joluzia Batista

AMB/CFEMEA

Importante ressaltar que o CFEMEA e a Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) têm acompanhado o processo de criação do MEEL e têm se mobilizado nesses primeiros passos.

Há pelo menos dez anos que o feminismo brasileiro constrói reflexão e ação na questão do Estado laico e sobre o avanço das forças conservadoras, que juntamente aos proclamadores do ascetismo capitalista tradicionalista vão contra as liberdades individuais, ao

livre arbítrio e às decisões do sujeito sobre si mesmo.

Dois eventos foram muito importantes para a articulação do movimento feminista brasileiro e latino-americano em relação a esse tema: o seminário “Estado laico e as liberdades democráticas”, que ocorreu em 2003, no Iº Fórum Social Brasileiro, realizado em Belo Horizonte, promovido em parceria com a AMB, Rede Nacional Feminista de Saúde, Comitê Latino-Americano de Defesa dos Direitos da Mulher/CLADEM Brasil, Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos/CLAM e Católica pelo Direito de Decidir. E depois, o Primeiro Fórum Social Nordestino, promovido pela AMB e pelo SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia, no contexto das jornadas brasileiras pelo direito ao aborto legal e seguro.

O envolvimento do feminismo no debate e defesa do Estado laico surge da necessidade de ampliar a discussão sobre a autonomia e o direito ao nosso corpo, avançar em outras frentes pela legalização do aborto e os outros itens da agenda de Direitos Humanos das mulheres, ameaçados pelo avanço dos conservadorismos. À luta feminista soma-se, nesse novo contexto, os sujeitos que têm sido perseguidos pela imposição moral de valores religiosos conservadores e dogmáticos, como a

população LGBT e os povos de religiões de matriz africana.

A defesa do Estado laico é a defesa de um Estado que resguarde a liberdade das diferentes expressões religiosas e de um Estado que não permita que crenças e dogmas religiosos interfiram na nossa vida, delimitando direitos, normatizando condutas e comportamentos. Nesse sentido, citando aqui o Deputado Jean Willys, enfatizamos que a balela desqualificada do discurso intelectualmente desonesto dos conservadores dogmáticos cristãos, de que essa população é maioria no Brasil, não tem justificativa, porque direitos são para todas as pessoas, não só para a maioria. Se o direito ao aborto se amplia, atingirá a todas as mulheres, as que desejam ou não desejam abortar. O direito está garantido quando dá lugar à possibilidade plena da escolha, a partir de convicções religiosas ou não. E neste percurso de luta intransigente pelo direito de escolha e por liberdade democrática, percebemos que o Estado laico é um conceito em disputa.

Hoje, no Brasil, disputamos o sentido político e filosófico dos Direitos Humanos em contraponto à noção “em-defesa-da-vida” difundida pelos conservadores cristãos, para os quais afirmamos com toda força e resistência: “pela a vida das mulheres. Legalizar o aborto no Brasil”!

2.

MESA DE PROVOCAÇÕES: LAICISMO OU LAICIDADE. DESAFIOS ATUAIS DO ESTADO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO

**Com mediação
de Mary Aune**

Comunidade Bahá'í

Sônia Corrêa

ABIA

As quatro ou cinco ideias que tra-
go para o debate vem de reflexões

que tenho feito desde a metade dos anos 2000, quando o tema da laicidade como resposta aos “fundamentalismos” ganhou corpo no Brasil e em muitos outros contextos. Essas ideias foram construídas em trocas com outras pessoas, especialmente Rosalind Petchesky e Richard Parker, por ocasião de um livro que foi publicado em 2008 e também com ativistas e pesquisadores que participaram de uma série de reflexões sobre sexualidade e política que aconteceram em três regiões: África, Ásia e América Latina. Além da contribuição do politólogo argentino Juan Marco Vaggione, um especialista nos temas de religião e política na América Latina.

Eu acho que é importante “sair do armário” e começar dizendo que sou feminista e tenho pensando sobre o tema gênero e sexualidade a partir de lentes “transviadas”, para usar o termo inventado por Berenice Bento e que se encontra em um artigo no último número da revista Cult. Assim, o tema de gênero deve estar em um marco mais amplo, que é o da economia política. Sem dúvida, é necessário retomar, revitalizar, ampliar e repensar o tema da laicidade, principalmente por conta do retorno do discurso religioso, na forma do dogmatismo que o mundo tem experimentado

com intensidade crescente desde os anos 1970. Contudo, não há soluções fáceis para problemas difíceis. Vou problematizar as visões esquemáticas que pensam e advogam a laicidade ou a sua restauração como um caminho fácil para a contenção simples e rápida dos efeitos das posições dogmáticas sobre as leis e a lógica de operação da República.

Em primeiro lugar, gostaria de ressaltar que o retorno do religioso na forma do dogmatismo é um fenômeno global e não um fenômeno brasileiro, cujas expressões estão evidentes em todas as tradições religiosas, ou seja, não é um fenômeno só do cristianismo; não é um fenômeno só do islamismo. Está presente no hinduísmo, no budismo e em todas as tradições religiosas hegemônicas. E, embora haja muita variedade entre as formas como o dogmatismo se expressa em cada uma das religiões, esse é seguramente um fenômeno global.

Eu tenho insistido nos últimos anos e sem muito sucesso que nós precisamos interrogar o uso do termo “fundamentalismo”. Para nomear esse fenômeno, que tem muitas faces, é importante atentarmos para o fato de que o termo “fundamentalismo” é contextual e historicamente específico. Ele é o nome que os

evangélicos norte-americanos do começo do século XX deram a si próprios e, portanto, não se aplica com simplicidade a outras tradições religiosas e outras expressões de dogmatismo, nem mesmo a católica. Eu acho que se deve abandonar a utilização do termo, porque esse se tornou sinônimo de islamismo. No caso do Brasil, a gíria “xiita” exemplifica o caso do emprego da sinonímia tal como exemplificado acima. O que é muito problemático, porque alimenta a islamofobia e, sobretudo, porque, a meu ver, oculta do senso comum, do debate amplo da sociedade que o fenômeno do extremismo religioso não é uma particularidade do caso da religião islâmica, é um fenômeno de todas as tradições religiosas, inclusive as nossas.

Outra nota crítica é que examinando os termos do debate sobre laicidade no campo da política sexual, onde eu estou situada, penso que é inadequado e pouco produtivo pensar e fazer proposições sobre laicidade a partir de uma moldura que opõe esquematicamente religião versus gênero e sexualidade. São muitas as limitações dessa descrição que vejo reproduzidas em textos de imprensa e em artigos.

Anteontem, eu estava lendo uma blogueira feminista, provavelmente

da Universidade Feminista, que dizia as seguintes palavras de ordem: “tire a sua religião do meu corpo”. Eu não acho que seja a religião e são muitos os problemas que advêm desta simplificação. Quero sublinhar dois, do ponto de vista conceitual: laicidade (ou secularismo) e religião são pares de uma mesma equação, ou seja, o arcabouço constitutivo do estado político moderno. Se não houvesse religiões, nós não teríamos que pensar princípios de laicidade. Se a sociedade, as culturas fossem laicas e não tivessem espiritualidades, não precisaríamos do princípio da laicidade, que foi criado para resolver os problemas das guerras religiosas da Europa dos séculos XV e XVI. São termos inseparáveis. Não podemos ignorar a religião.

Além disso, o que eu chamo de “retorno do religioso” não é o retorno, mas é o fim de uma aposta ou de uma ilusão feita por setores liberais, progressistas, marxistas, anarquistas, de vários pontos do espectro ideológico de que a sociedade estava em um percurso inexorável de secularização e de que as religiões iriam acabar ou apenas se tornar um resíduo. Isso não aconteceu, isso não vai acontecer. A religião e a espiritualidade são elementos constitutivos do

mundo da vida humana nas condições em que vivemos. Além disso, como diz Juan Marco Vaggione, nas condições contemporâneas nem se cumpriu essa secularização inexorável da sociedade, nem tampouco o imaginário liberal de que a sexualidade e a religião iam ficar contidas na esfera privada. **Hoje, tanto a sexualidade quanto a religião pertencem ao domínio da esfera pública, estão crescentemente politizadas.**

Então as perguntas são as seguintes: houve, de fato, algum momento em que existiu a separação clara e nítida entre religião e política? Vivíamos no Brasil ou em outra sociedade sob o Estado laico perfeito? A restauração da laicidade tal como concebida nos séculos XVII, XVIII e XIX vai resolver os conflitos atuais?

Eu não conseguirei responder a todas essas perguntas, mas tentarei explorar um pouco cada uma delas. Quanto à primeira, a separação entre política e religião, há uma vasta literatura sobre o tema e vários autores questionam a visão ou esse imaginário clássico secular, de um espaço secular ou de uma esfera pública completamente distinta da religião. Jacques Derrida é um autor que meditou extensivamente sobre o tema. Uma primeira reflexão derridariana é

que os binários razão e religião, ciência e religião, política e religião, são binários com os quais costumamos operar no nosso fazer político. Eles obscurecem os componentes intrínsecos da fé, da crença e da doxa que são inerentes a qualquer sistema de conhecimento, de razoabilidade e de poder temporal. Pensar que fé e doxa são exclusivas da religião é uma distorção. Derrida também chama a atenção para o fato de que há aspectos teocráticos nas políticas civis modernas em termos de representação, mobilização de emoções e ritos. Basta pensarmos nos heróis da política, que têm um traço quase que sagrado.

Outros autores e autoras têm interrogado o imaginário acerca do caráter naturalmente benigno da laicidade e do secularismo no que se refere à pluralidade democrática e também sobre as questões de gênero e sexualidade. Assad analisou o aspecto colonial e pós-colonial da laicidade ou daquilo que chamamos laicismo. Lembrando que os regimes laicos também podem ser muito autoritários ou mesmo messiânicos. Assad lembra que a laicidade foi imposta ao Egito por Napoleão na ponta das baionetas. E outros autores irão considerar que o “retorno do religioso” na

forma do dogmatismo religioso no Islã é uma reação, um retorno do reprimido dessas ações.

Podemos pensar na Turquia que eliminou os véus, mas fez da honra feminina um dos pilares da nacionalidade. Ou então, vamos falar dos regimes socialistas ou comunistas de secularização compulsória ou laicismo militante que eliminaram sistematicamente tanto lideranças políticas, quanto práticas religiosas e práticas sexuais dissidentes. Os regimes comunistas criminalizaram sistematicamente a homossexualidade e a prostituição, não por razões de ordem religiosa ou moral, mas eram sintomas do capitalismo, da degradação burguesa. E nós tampouco estamos imunes no Brasil. Como sabemos, na transição do Império para a República, os seguidores do “positivismo científico”, inspirados em August Comte, imprimiram marcas de laicidade aos parâmetros normativos do arcabouço jurídico da Primeira República brasileira. O modelo de laicidade no Brasil de 1891, por exemplo, foi considerado um laicismo quase perfeito pelos publicistas franceses no começo do século XIX, ou seja, nós éramos o modelo. Esse modelo determinou explicitamente a separação entre Estado e Igreja. Isso se desdobrou em outras leis

como o casamento civil e leis eleitorais impostas a padres e outras autoridades religiosas, agravamento da pena no caso dos delitos sexuais cometidos por religiosos. Contudo, esse regime tão laico, tão belo adotou um código penal antes mesmo de aprovar a sua Constituição. E esse código penal tinha lógicas racistas e oligárquicas flagrantes, como o caso da criminalização da população de rua e até mesmo da capoeira. Foi esse código penal que, à diferença do código do Império, criminalizou as mulheres pela prática do aborto. O código do Império criminalizava o aborto realizado por outros agentes, mas não as mulheres. Como diz Richard Miskolci, em seu livro “O desejo da nação”, o laicismo e o secularismo da Primeira República coexistiam com o clima ideológico marcado pelo medo dos negros, que após a Abolição passou a significar medo do povo, e por ansiedade de sexualidade e de gênero de uma sociedade baseada no paradigma do embranquecimento e na heterossexualidade reprodutiva compulsória.

Reconhecer as distorções dos regimes laicos em relação à política sexual reprodutiva nos leva imediatamente a Foucault. O disciplinamento dos corpos e das mentalidades na era moderna

não é produzido apenas por normas religiosas, mas cada vez mais por tecnologias de 'administração da vida', a biomedicina, a demografia, a pedagogia e as práticas jurídicas, especialmente, a lei criminal. Não precisamos ir muito longe para identificar o disciplinamento das práticas na era contemporânea, por exemplo, a violência obstétrica ou ainda as regras patologizantes, que impedem o acesso de pessoas trans à identidade social e às modificações corporais. Estes impedimentos não são propriamente religiosos, mas têm origem laica. Podemos citar a regra absurda da exigência, em alguns concursos públicos, de teste de virgindade, na Secretaria de Saúde de São Paulo. Não foi inspirado por normas religiosas, mas por uma certa lógica secular de higienização. Por fim, não há soluções fáceis para questões difíceis.

A contenção do dogmatismo religioso é talvez o maior desafio da política sexual contemporânea. Sem dúvida a dimensão normativa e jurídica da laicidade é um aspecto necessário e crucial dos caminhos que podem contribuir para pensar esse desafio. Porém, são múltiplas as frentes deste embate, as quais vão além da dimensão jurídica, uma dimensão cultural, religiosa e política, biopolítica e econômica.

Eu quero pensar a laicidade e a contenção do dogmatismo religioso em termos de economia política. Como lembra o saudoso Flávio Pierucci, o crescimento do dogmatismo religioso no Brasil não pode ser entendido sem pensar o marco de críticas das transformações capitalistas da sociedade brasileira nas últimas três décadas.

Não sem razão, quando falamos de evangelização no Brasil, falamos de mercado religioso e da teologia da prosperidade.

Roger Raupp Rios

Juiz federal

Bem, quando eu recebi o convite, ouvi duas provocações por parte da Tatiana e por parte da Joluzia. Elas disseram o seguinte: "olha, quando falamos em Estado laico, nos acusam de laicismo. Queríamos entender melhor isso; mostrar que não são a mesma coisa. Quais são as diferenças? E, afinal de contas, no que a ideia de Estado laico difere de laicismo e o que ela propõe". A minha abordagem será informativa no sentido jurídico. É a minha área de conhecimento e de prática, especialmente, o direito constitucional.

Inicialmente, laicidade não é a mesma coisa de laicismo. Laicidade é o contrário. Laicidade pressupõe umbilicalmente liberdade religiosa. Não é uma organização de Estado ou um regime que exclua a religião ou que seja inimigo da religião ou da religiosidade, ou mesmo de igrejas ou comunidades de fé. **A laicidade implica levar a sério a liberdade religiosa. O laicismo, ao contrário, seria uma posição de desprezo, de desvalorização por princípio das esferas da religiosidade e das comunidades de fé, sejam elas organizadas em igrejas, em seitas ou não.**

A questão é: à medida que liberdade religiosa é considerada como uma liberdade fundamental essencial no regime democrático, é preciso trabalhar uma condição de possibilidade de convívio nesse regime, no qual haja pluralismo e diversidade diante da experiência religiosa. Ou seja, de quem acredita e de quem vive em comunidades de fé e de quem não acredita e opta por não viver em comunidades de fé ou professar qualquer crença religiosa. Nesse sentido, quando nos perguntamos qual é o conteúdo básico, essencial dessa relação umbilical entre laicidade e liberdade religiosa, eu resumiria em duas ideias. A primeira,

o Estado não interferir na religião. E a segunda, o Estado tratar de proteger para que nenhuma religião se imponha sobre as demais, sejam essas comunidades religiosas ou cidadãos ateus que professam distanciamento dessa experiência de mundo. Ou seja, que princípios religiosos não se imponham na esfera pública estatal, na vida dos poderes públicos, na vida das organizações do Estado, nesse âmbito devem ser afastados argumentos de fé religiosa como razão de deliberação. O que não afasta, como disse a Sonia, que em outras esferas da dinâmica política esses dados entrem livremente, culturalmente, dinamicamente e que sejam respeitados na sua diversidade.

No âmbito da esfera pública estatal, que é distinta do âmbito da esfera pública social, argumentos de fé não têm espaço para fundamentar decisões legislativas, executivas, judiciárias, de políticas públicas, e assim sucessivamente. Pelo simples fato de que se isso for admitido, haverá o risco iminente e inexorável de alguma comunidade de fé majoritária acabar desenhando o funcionamento da vida pública estatal. Por isso tem que ter bastante clareza entre laicidade e liberdade religiosa, cuja dinâmica afasta na esfera pública estatal

argumentos de fé. Dito isso, não significa ignorar a existência de tradições religiosas, de experiências religiosas, sejam particulares de certas regiões do país ou comuns. Mas sim, na esfera pública estatal isso significa também encarar de forma crítica as demandas que vierem daí. O que isso significa? Evidentemente, a participação pública com restrições religiosas, seria uma diminuição de liberdade religiosa – mas, desde que essas demandas sejam colocadas em termos laicos e não mediante argumentos de fé, mas sim argumentos de razão que sejam publicamente discutíveis. Porque argumentos de fé se respeitam, mas não se discutem na vida pública estatal. Os argumentos de fé até podem ser discutidos teologicamente entre os adeptos de certa igreja, mas é uma discussão teológica e não da política na vida pública estatal. Isso significa que na esfera pública estatal não é legítimo que autoridades públicas se utilizem de razões de fé para tomar posicionamentos no exercício da sua autoridade pública. Isso significa também que os cidadãos de qualquer denominação religiosa têm direito de participar da vida política, desde que no momento das deliberações da vida estatal, essas deliberações não sejam tomadas com base em argumentos de fé. Mas que esses

cidadãos e grupos e comunidades portando, inclusive, a sua identidade religiosa façam a tradução das suas convicções religiosas em forma publicamente racionais, criticáveis e aferíveis. Ou seja, não apenas argumentos de fé. Repito, na política pública estatal, argumentos de fé não são objeto, não se discutem, não se contestam. Não são objeto nem de aprovação, nem de reprovação, mas sim de respeito, observados seus espaços. Isso significa ainda que não só a participação política de todos os cidadãos, religiosos ou não, é bem-vinda, desde que não se confundam os argumentos de fé com argumentos plausíveis de discussão por todos da esfera pública. Não se fundamentam em fé, mas no exercício público, democrático, criticável por todos, que a liberdade de expressão é garantida. A liberdade de expressão, seja ela de convicção política, religiosa, filosófica, é garantida, desde que, evidentemente, não seja o exercício da injúria ou a diminuição do outro. Alguém poderá dizer que essa posição é laicista, porque quer calar a liberdade religiosa.

Os Direitos Humanos básicos e os direitos fundamentais convivem e nenhum deles deve ser absoluto. Tanto que a existência de um delito de injúria

não é privilégio de discurso religioso. Qualquer tipo de discurso pode cair, inclusive não religioso, na medida em que desqualifique de forma destrutiva o outro no erro, no delito da injúria. Não se trata de nenhuma medida específica contrarreligiosa, mas sim uma medida contra qualquer tipo de expressão que desrespeite o outro, destruindo a sua honra, que acaba com a imagem. O que não se confunde com a divergência, com a visão de mundo.

Há que se distinguir o que é a profissão de fé no espaço público social, que é um direito fundamental, mas que não é exercível no espaço público estatal da deliberação racional. Há de se distinguir a profissão de fé da injúria, que pode vir no seio de um proselitismo injurioso. O problema aqui não é presença de fé ou ausência de fé, o problema é a injúria, seja ela vinda de um discurso religioso, seja vinda de um discurso que não tenha nada a ver com religião e que possa ser injurioso. Ao mesmo tempo não há uma receita de bolo que nos diga: aqui está uma injúria e aqui não há injúria. Como tudo que é expressão cultural humana social, há que se ver concretamente as condutas tomadas em que as palavras são proferidas, e assim por diante se tem um resultado,

uma conotação, uma intenção injuriosa ou não. É preciso ter clareza de não confundir a prevenção, a repressão e a reparação da injúria com a noção de censura. No campo do convívio dos direitos, proteger um direito limitando o outro não é censura, é convívio de direitos. **A censura é uma atitude de discricionariedade política que exclui do âmbito do debate político certos conteúdos simplesmente pela divergência. Isso é censura.** Outra coisa é a possibilidade inevitável de que direitos colidam, seja não só na liberdade de expressão, na liberdade de locomoção, seja na liberdade de pesquisa, qualquer tipo de liberdade.

Quando examinamos a função do Estado num regime que é laico, portanto está umbilicalmente ligado e valorizando a liberdade religiosa, a liberdade de quem crê e a liberdade de quem não crê, isso significa: 1) não interferir na religião; 2) proteger contra a interferência religiosa que queira se impor sobre os outros.

Outra pergunta, qual a legitimidade ou não de uma profissão de fé por parte de uma autoridade pública? Evidentemente, no contexto da política pública estatal não há espaço para isso, porque se houver haverá opressão de liberda-

de religiosa de quem perder o discurso religioso, de quem perder no voto. Outra pergunta, recapitulando, há restrição sobre a participação de indivíduos ou comunidades de fé? Há espaço, enquanto cidadãos. Não há nenhum tipo de restrição, como havia na Primeira República, como lembrou a Sonia, desde que os argumentos sejam possíveis de serem utilizados na esfera pública política.

Por fim, historicamente, a laicidade surge como uma tentativa de estabelecer um convívio pacífico e tolerante durante as guerras religiosas. O problema é que há comunidades intolerantes. E na religião, essa tentação por parte de muitos, por vários motivos é particularmente presente. Muitas das comunidades de fé tendem a concretizar esta vocação, segundo elas, de abrangência, de falar sobre toda a esfera da vida, inclusive da política. Elas têm a tentação de um “fundamentalismo”, ou seja, de não negociarem certos conteúdos de fé. E isso na esfera pública estatal se torna motivo de guerra e ainda muitas dessas comunidades praticam um certo tipo de proselitismo intolerante, que busca abranger e sempre multiplicar o número de fiéis, e isso significa colocar na ordem política aquilo que essas comunidades muitas vezes projetam para

a ordem divina. Esse é o princípio da guerra, não é o princípio da paz. Esse é o princípio da opressão, não do respeito nem do diálogo. Assim, como a laicidade está umbilicalmente preocupada em proteger a liberdade religiosa de todos, nesse sentido ela joga a favor das religiões para que convivam e possam existir.

A laicidade também pode servir para que as religiões sejam tolerantes e se desenvolvam como comunidades de paz e não como comunidades de guerra. A laicidade sem dúvida nenhuma é necessária para a democracia e faz bem para a religião.

Lusmarina Garcia

Conselho Nacional de Igrejas Cristãs(CONIC)

Eu queria começar dizendo que o Estado laico é uma categoria política tanto quanto simbólica. Se insere nas exigências e demandas que provêm de estados compostos por sociedades plurais e complexas. A relação entre estado e religião está presente no decorrer da história dos povos e creio que essa relação é tão antiga quanto a história da formação dos estados e até mesmo a formação

das pessoas. Essa relação não é necessariamente danosa, como nós vimos nas falas anteriores, e é capaz de assegurar espaços de convivência entre diferentes. A perversidade da relação se estabelece na hegemonia, ou seja, quando o sistema de crença de uma determinada religião se mune de mecanismos de imposição e quer se tornar o sistema regulador das práticas, dos comportamentos e dos modos de viver das pessoas. Esse anseio de hegemonia tem se mostrado comum entre as religiões monoteístas. Por causa desse afã hegemônico, um outro afã se levanta, que é o missionário conversionista, que tem se tornado a própria identidade das religiões monoteístas.

No caso do cristianismo, há um texto bíblico que está registrado em Mateus 28 de 18 a 20 que se tornou uma tarefa militar para muitas igrejas ao longo da história. Esse texto diz: “*ide e fazei discípulo*”. Então, isso acaba se tornando uma tarefa militar que coloca em segundo plano uma variedade de outras práticas de respeito e de valorização de outras religiosidades exercidas e vivenciadas por Jesus e pelas primeiras comunidades religiosas cristãs.

Na tentativa de busca de uma compreensão diferenciada acerca do que

seja a missão e evangelismo, o Conselho Mundial de Igrejas, que reúne cerca de 345 igrejas de diversos países, representando 550 milhões de cristãos, no mais recente documento sobre o tema, de 5 de Setembro de 2012, intitulado “Em busca de justiça e inclusão”, afirma que as boas novas do reino de Deus são a promessa da atualização de um mundo justo e inclusivo. Inclusividade cria relações justas na comunidade da humanidade bem como da criação, conduzindo ao respeito mútuo e afirmando o valor sagrado de cada indivíduo. A inclusividade, diz o documento, facilita a participação plena de todos na vida da comunidade.

O batismo em Cristo implica uma vida de compromisso em testemunho desta esperança de superação das barreiras, a fim de encontrar uma identidade comum. Desse modo, termina esse parágrafo que eu estou comentando, discriminação de qualquer tipo, contra qualquer ser humano, é inaceitável diante de Deus. É de se notar que esse conceito muda o conceito do que seja evangelismo e missão na medida em que chama as igrejas cristãs para a prática da inclusão e alerta que toda a discriminação contra qualquer ser humano é inaceitável diante de Deus. Ora, essa

é uma visão que fala a linguagem da diversidade. Nesse sentido, o debate sobre o Estado laico se coloca como tema relevante e mesmo urgente, porque a questão da diversidade e da complexidade da vida dos cidadãos e das cidadãs se vê sob o risco de hegemonização de uma dada perspectiva religiosa.

O CONIC (Conselho Nacional de Igrejas Cristãs) defende que o Estado brasileiro tem que continuar sendo laico, no sentido de independência em relação à religião. Seria complicado falar em laicismo, ou seja, perspectiva que exclui a religião, em um país onde, de acordo com o censo recente, 98% das pessoas brasileiras se dizem pessoas de fé.

O Brasil tornou-se formalmente laico a partir da primeira Constituição Republicana, de 1891, já que até essa data, o Brasil era um Estado católico. No entanto, o fato de ter se tornado formalmente laico não excluiu a relação historicamente estabelecida com a Igreja Católica, segundo estudo da Fundação Heinrich Böll e do ISER. Vale lembrar que a Constituição de 1939 instituiu a obrigatoriedade do ensino religioso nas escolas públicas no Brasil. Essa relação nunca deixou de ser próxima, como evidencia a assinatura do acordo Brasil e Santa Sé em 2008, o qual foi ratifica-

do em 2009. O processo pelo qual os diferentes atores passaram a disputar entre si mais espaço e legitimidade na esfera pública acaba por trazer à tona este segredo público, algo amplamente conhecido, mas não é explicitado. A disputa por acesso ao Estado, às suas políticas, ao seu espaço acontece há mais tempo.

Eu gostaria somente de mencionar um fato recente da história do Brasil ocorrido durante **a Constituinte de 1988, em relação ao fato de o crucifixo estar exposto na sala principal do Congresso Nacional. Os evangélicos lutaram pela introdução da Bíblia naquele espaço.** Não era exatamente uma luta para desafiar o poder católico, porque naquela época os evangélicos estavam bem conscientes do seu tamanho, mas era uma coisa para firmar espaço. Com a chegada dos neopentecostais se estabelece um projeto maior, um projeto de disputa pelo poder. A eleição da segunda maior bancada no Congresso é um projeto de poder. A construção do templo de Salomão é um projeto de poder. No jogo da hegemonia, a demonstração de força e grandeza é uma estratégia inescapável. Portanto, alianças são admitidas quando um poder maior precisa ser exercitado. Assim,

alianças têm sido feitas acerca dos temas relacionados aos direitos reprodutivos, à questão da homofobia e outros direitos relacionados à população LGBT; casos emblemáticos dos quais nos lembramos são evidências deste processo, como a questão do aborto na eleição de 2010, e posteriormente ficou notória através do “kit gay”, a oposição à PLC 122, as lutas contra a união homoafetiva e outros.

Eu concordo com Sonia que a palavra “fundamentalista” não expressa exatamente o que acontece com estes grupos que têm este tipo de compreensão. É uma palavra situada historicamente, por isso eu pensei em denominar *mentalidade imperialista*. Também não sei quanto apropriado possa ser, mas de qualquer maneira mentalidade no sentido de que quer se impor, quer se engessar, quer colocar na mesma rota ou no mesmo caminho todas as pessoas, quer um comportamento comum, um jeito igual de ser. Essa mentalidade de uniformização não representa todo o cristianismo. Isso eu gostaria de marcar em nome do CONIC. A própria tradição bíblica é bastante complexa e mesmo diversa. A história da igreja também é testemunha de práticas inclusivas e libertadoras.

Eu gostaria de mencionar para vocês que na tradição protestante e luterana

da qual eu faço parte, há uma perspectiva que nós denominamos teologia dos dois reinos. Existe um reino que é espiritual e outro reino que é o secular. Ao reino espiritual pertence tudo aquilo que diz respeito à fé e administração da fé e ao reino secular pertence tudo aquilo que diz respeito à vida em sociedade. Um reino não interfere no outro e Deus é deus dos dois reinos. Essa teologia pensada e composta pelos reformadores, no século XV e XVI, é uma resposta para uma situação hegemônica de uma religião que exerce o poder juntamente com o Império naquele momento. Essa foi uma via de solução para poderes hegemônicos combinados do Estado e da Igreja naquele momento. Eu tenho a impressão de que esse tipo de visão auxilia os países de origem protestante no norte da Europa a ter um certo distanciamento, quer dizer, os países nórdicos de maioria protestante têm um avanço enorme em termos de políticas sociais e de Direitos Humanos. E eu tenho a impressão de que essa visão inserida na história dessas sociedades há quinhentos anos tem contribuído para esse tipo de caminhada.

Queria concluir dizendo o seguinte, o cristianismo em sua origem mais profunda é a crença em um deus que é três

e ao mesmo tempo um. Vocês sabem que Deus é trindade na tradição cristã?

Pai, filho e Espírito Santo, uma trindade patriarcal, mas é três. Na verdade, só é patriarcal porque no processo de tradução os três termos ficaram no masculino, a origem da palavra espírito que originalmente vem do hebraico é uma palavra feminina. Tratava-se de uma luta de símbolos, mais do que isso, uma luta por acesso, participação e reconhecimento.

Em todos os espaços nos quais eu profiro comunicações, ensino a espírita, eu chamo Deus de ela e não de ele porque o Espírito Santo, a espírita me dá condição de dizer que Deus é ela também. Enfim, Deus três é uma linguagem, a linguagem de três é uma metáfora para expressar a complexidade que Deus é. Deus é complexo em si mesmo, em si mesma, portanto toda a complexidade da vida, para aqueles que creem que a vida vem de Deus, e que as pessoas e o mundo são criação de Deus, é expressão de Deus. A complexidade é inerente à vida humana e à vida do mundo, porque nasce em Deus.

Eu gostaria de concluir afirmando que Jesus foi uma das pessoas que mais mudou paradigmas. Ele mudou muitos paradigmas. As pessoas que se aferram

a modelos constituídos para dizer que isto aqui é a palavra de Deus, isso é a vontade de Deus, inclusive comportamentos, como tem que ser heterossexual porque está escrito na Bíblia; as pessoas que têm esse tipo de compreensão reducionista do texto bíblico e mesmo da divindade precisam ouvir que a fé em Deus não se abala com a mudança de paradigma, ao contrário, se fortalece no exercício do amor e do respeito.

Lutamos muito dentro do contexto religioso para alargar, para ampliar. Vocês junto conosco, nós com vocês iremos constituir um país democrático, justo, respeitador dos direitos, das diferenças e afirmador da complexidade da vida e da complexidade de todos nós.

Yalorixá Jaciara

Terreiro de Abassá e SPM/BA

Eu sou a Yalorixá Jaciara Ribeiro, sou Yalorixá do Axé Abassá de Ogum, que é um terreiro de candomblé localizado em Salvador. Trabalho na Secretaria de Mulheres do Estado da Bahia e sou coordenadora do CEN, Coletivo de Entidades Negras.

Bem, eu gostaria de dizer que os que me precederam foram perfeitos e as pessoas necessitam desse tipo de informação, sobre a informação jurídica, a noção de Estado laico e laicidade. Mas eu gostaria de provocar que enquanto mulher negra e de candomblé, falar sobre a falta que faz na vida das pessoas o Estado não ser laico.

Eu gostaria de me referir a uma experiência em Salvador, a qual emana para vários outros estados. Essa não-laicidade de que tanto se falou aqui, eu não quero me ater tanto a essa palavra, mas quero colocar a questão do racismo, desse preconceito, que é extremamente perverso com o povo, seja ele branco, azul, verde, vermelho. Mas eu queria falar do povo negro, que teve o seu corpo arrancado, a sua história maculada até os dias de hoje em pleno século XXI e no Estado que se diz laico. O que é você ser arrancado da África de maneira sub-humana, tendo que ocultar o seu nome, sua religião, tendo que ocultar a sua fé e chegar em um país e ser tratado como qualquer coisa e ter que enterrar os seus orixás.

E aí também entendemos que no século XXI, neste Estado laico, seja em qualquer estado do Brasil, mesmo onde isso não acontece, entendemos que o

próprio Estado é perverso. O próprio Estado invade o terreiro de candomblé, o próprio Estado macula os orixás, o próprio Estado espanca mulheres negras dentro de quilombo. E eu faço parte desse Estado, mas não fico confortável.

Queria dizer que dar sustentabilidade para esse Movimento Estratégico pelo Estado Laico e fazer a inclusão de todo povo, seja ele a qual segmento religioso pertença, é fundamental. E como dizia Dalai Lama “não existe religião melhor do que a outra, a boa religião é aquela que faz o ser melhor”. Então, podemos chegar a Deus através de qualquer caminho, seja tocando atabaque, seja lendo a Bíblia, lendo o Alcorão.

Mas o ser humano está perdendo a sua sensibilidade e a sua capacidade de proteger a sua própria espécie. Na Bahia, se fala há 14 anos, desde a morte da minha mãe biológica, mãe Gilda¹, no qual um segmento religioso invadiu o terreiro de Yalorixá, espancou essa Yalorixá com a Bíblia para exorcizar e ela morreu. Quatorze anos depois da morte de mãe Gilda e eu estou aqui ainda falando desse racismo, falando dessa

¹ Ver mais sobre o caso em http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.asp?cod_artigo=256&cod_boletim=14&tipo=Artigo, acesso em 06/07/2015.

intolerância religiosa e desse crime, que tem matado muitas pessoas. Mas é importante dizer que muitos não sabem o significado da palavra laico, não sabem o que é laicidade, não sabem o que são os Direitos Humanos.

Entendemos que a religião consegue trazer o equilíbrio para a sociedade e eu acho que o candomblé não é uma religião que diga “venha se cuidar”. A pessoa sonha com o Orixá, há um chamado do seu próprio eu interior, que é o seu sagrado.

O Estado não é laico. Eu entendo que quando vou ao trabalho vestida desse jeito (vestimentas de Yalorixá) e o ascensorista diz “queima, tá amarrado, você é o demônio”, eu estou dentro do Estado. A minha coordenadora branca diz “eu não aguento mais ver o Estado enfeitado”. Então, precisamos entender o que é a não-laicidade do Estado brasileiro, não o Estado, mas as pessoas em si. **Quando o Estado não coíbe essa violência, isso emana como uma doença do universo. E eu acho que cada segmento religioso, na pessoa de seu sacerdote, do seu babalorixá e yalorixá tem que realmente buscar essa forma da paz. O que cada religião tem feito para coibir esse racismo e essa violência?**

Em Salvador tem havido muitos casos de intolerância religiosa e não só nas comunidades, mas no próprio Estado. Porque quando se nomeia um secretário e ele é evangélico, o povo negro, o povo de candomblé não tem espaço naquela secretaria. Precisamos entender que o próprio Estado é uma facção criminosa para o povo que seja do candomblé, ou em relação à gênero, à raça e à etnia. Eu até pensei que quando fiz essas críticas seria exonerada no outro dia, mas acho que o Estado prefere eu lá, um pouco engessada. Entendo que como integrantes de um movimento social conseguimos muito mais quebrar barreiras, buscar outros campos, outras forças, do que quando estamos nesse espaço.

Eu acredito que esse movimento, um espaço desses é para sair propostas que venham realmente mudar todo um processo, que não fique só em Brasília, mas que emane para todos os estados aqui representados e possamos realmente fazer um movimento com visibilidade e que possa coibir esse câncer que tem matado muita gente.

Temos visto muitas leis sendo sancionadas, a lei 10.639, por exemplo. Sabemos que nas escolas se a professora é evangélica, ela não quer falar de religiões de origem africana. No meu

terreiro, eu tenho quatro filhos de santo que abandonaram a escola porque a professora era evangélica. E como se posiciona uma yalorixá que cuida do espiritual e tira seu filho iniciado desse espaço de inclusão, mas ao mesmo tempo de exclusão?

Eu gostaria de falar em nome de todas as mulheres negras que foram arrancadas da África, e também em nome de todas as yalorixás que tiveram que ocultar o seu nome, que tiveram que enterrar seu orixá e dizer que poder estar aqui agora como filha de Oxum falando nesse espaço, para mim, é

um momento mágico. Eu quero que Ogum, que é um orixá que tem uma espada na mão, faça esse movimento e com esse encontro seja realmente de mudança, não só aqui, mas que emane para todo o universo. Que Oxum, que é a deusa do amor e da fertilidade, possa brotar no coração e na cabeça de todos. Eu queria, para finalizar, cantar para "Iabins", que significa pássaros negros, e que fala sobre mulheres que podem voar e que faça o mesmo com esse movimento.

Axé!

3.

FALA ABERTA AO PÚBLICO

Mary Aune

Esta mesa trouxe aspectos conceituais importantes. Falou-se sobre a questão da laicidade, fundamentalismo, laicismo ou não-laicismo, da coexistência ou da não-coexistência das várias religiões, crenças

de diferentes religiões e das não-crenças de grupos considerados seculares e grupos que creem na dualidade da realidade material separada dessa realidade espiritual ou também da coerência que pode ou não existir entre o espiritual e o material, entre sociedade e estado, os vários espaços que ocupamos nesse nosso Brasil, dentro do mundo. Na tradição Bahá'í há uma frase que diz "a luz é boa independentemente de qual lâmpada brilhe". É uma frase que sumariza o que foi tratado aqui e poder concluir com um testemunho tão importante da gente que vivencia de fato, na ponta, é realmente uma abertura de olhos.

Para a Comunidade Bahá'í, em específico, nós nos identificamos muito por causa da perseguição dos bahá'í no Irã, que é seu berço. Só para vocês saberem da gravidade da situação, nós estamos passando agora por um momento em que o cemitério histórico da fundação da fé Bahá'í, onde desde 1844 vários bahá'ís foram enterrados, está sendo completamente destruído por força do Estado. O Estado que tem como objetivo homogeneizar, como foi colocado aqui por nossos palestrantes, e simplesmente ignora o fato de que a diversidade enriquece a experiência humana. A

diversidade faz com que nós possamos progredir, que nós possamos pensar.

Público 1:

Boa noite. Eu faço parte da coordenação de educação em diversidade da Secretaria de Educação, da Subsecretaria da Educação Básica do Distrito Federal. Na nossa coordenação, as temáticas étnico-raciais, de gênero, de sexualidade, de ensino religioso, de patrimônio e de educação estão presentes o tempo inteiro para a implementação de políticas públicas. Desde 2011, estamos trabalhando em uma diretriz sobre o ensino religioso nas escolas públicas do Distrito Federal.

Entendemos que existe uma lei nacional que torna obrigatório o ensino religioso nas escolas. Mas esse ensino religioso não pode ser um ensino confessional. Nós não podemos deixar acontecer o que acontecia até os dias de ontem. Nós estamos trabalhando para que todas as religiões e as não-religiões sejam igualmente ensinadas e mostradas nas escolas. Estamos prontos a mostrar a todos e todas estudantes das escolas públicas que existem outras profissões de fé e que esse é um país

laico e que todas e todos têm direito a escolher ou não uma religião. Obrigada. Boa noite!

Público 2:

Eu sou de Goiânia, pertencço ao terreiro e sou afrofeminista. Estou aqui representando o coletivo Quilombo, do movimento estudantil. O empoderamento dos povos de terreiro demorou para acontecer por conta de toda a opressão e estamos nessa reversão. Passamos anos em que para sobreviver, tínhamos que ficar escondidos e agora para sobreviver, temos que sair e isso é muito difícil.

Eu me iniciei no ano de 1997, aos doze anos, e me lembro da luta que foi entrar na escola depois de iniciada. Com a minha roupa, que para muitas pessoas parecia algo inusitado, tratando-se apenas de um adorno e enfeite e é tradicional. E, ir para a escola, há quase 17 anos, foi terrível. Eu tive que passar quase o ano inteiro convencendo a coordenação, direção, minha mãe indo lá, pai de santo indo lá, fazendo concessões, até conseguir entrar no espaço físico da escola, entrar na sala de aula e estudar. A partir do momento que en-

trei na sala de aula, eu precisava resistir às investidas racistas, discriminatórias acerca do que é a religião do candomblé. E isso tem 17 anos.

No ano de 2013, a minha filha foi iniciada e eu passei a mesma situação. A diferença é que hoje eu tenho acesso à informação. Troquei minha filha de escola, denunciei no Ministério Público e fui observando que o Estado ainda está inundado de práticas racistas. Da mesma forma com as questões de gêneros, nas quais se discute se fez aborto ou não, e outras questões que tratam também das opressões que vão se acumulando. Eu gostaria que a mãe falasse mais sobre isso, de como tem sido as relações com essas instituições, e se as secretarias de educação estão minimizando esse tipo de atitude, que só marca negativamente a caminhada, principalmente para as crianças que estão se iniciando no Candomblé.

Obrigada.

Público 3:

Sou estudante de mestrado em direito na UNB e militante do Levante Popular da Juventude. Eu gostaria de saudar a mesa e fazer uma pergunta dirigida

especialmente para o Raupp Rios. Nós sabemos que os direitos fundamentais não vão colidir, temos que fazer uma ponderação. Gostaria de saber sua opinião sobre a proposta de vedação da eleição de líderes religiosos. Isso na sua opinião ofende ou não a liberdade religiosa? Me parece que isso constitui hoje uma minoração do Estado laico. E gostaria de estender as minhas indagações para questões como a utilização das concessões públicas de rádio e TV por parte de religiosos. Como a gente começa a normatizar esse Estado religioso que é só uma previsão genérica constitucional? Como a gente começa a ir para alguns pontos para polarizar?

Eu gostaria de perguntar para a Sonia sobre a provocação que deixou no final. Como iremos enraizar esse debate para os demais atores que constroem e vivem esses conflitos com relação ao Estado laico, que para mim é uma pauta de Direitos Humanos? Como trazemos mais movimentos? Este é também um debate que diz respeito à aliança entre a bancada evangélica e a bancada ruralista, aliada com setores conservadores da indústria? Essa é uma pauta também dos movimentos como o MST? Recentemente, o Levante Popular fez uma atividade na UNB, com participação do MST para

discutir a diversidade sexual, então para mim, cada vez mais é preciso articular.

Roger Raupp Rios:

Juiz Federal

Partindo da última pergunta, algum projeto que vede no processo político eleitoral a participação de cidadãos que são religiosos: exclusivamente por esse fato me parece ir longe demais e mesmo vai contra a laicidade, seria excluir da participação política determinados cidadãos pela sua via religiosa. Outra coisa é se uma vez eleito para cargo público, esse cidadão for protagonista de uma medida estatal legislativa, executiva ou judiciária tendo como base argumento de fé e, nesse caso, o que está viciado é esse ato legislativo, executivo ou o ato judiciário. **Não é admissível, do ponto de vista do Estado laico, proibir que alguém por motivos religiosos participe do debate político. O que está excluído é que razões exclusivamente religiosas sejam fundamentos de atos estatais que essa pessoa num cargo estatal venha a praticar.** Ou seja, não é a origem, mas sim, como ela age quando passa a ocupar um cargo estatal.

Da mesma forma, serviços públicos como concessões de rádio e televisão que violem a lei se submetem a sanções, seja a lei da liberdade religiosa, de liberdade de pensamento, respeito à integridade alheia e à dignidade. Então, se essa instituição utiliza a concessão de forma a impor uma posição política sobre os demais ou sistematicamente injuriar os demais, parece-me que do ponto de vista do direito, não há dúvida de que está cometendo um ato ilícito. E aí a questão da vontade política e o compromisso dos órgãos estatais em aplicar a legislação que reprima esses atos ilícitos, seja com suspensões, multas ou até, no limite, com a perda da concessão. Me parece que no direito administrativo as coisas se encaminham nesse rumo.

O que é preciso ter claro, do ponto de vista institucional, é que a laicidade brasileira não é a laicidade da neutralidade francesa. Não é que no desenho institucional do Brasil, seja na Constituição ou nas leis, as religiões sejam algo distante, ausente, neutro e mesmo indiferente. **Nós fazemos parte daqueles modelos de desenho institucional de cunho estadunidense que é chamada laicidade pluriconfessional**, a qual reconhece a diversi-

dade religiosa como algo importante, que deve ser protegido e respeitado, não podendo impor nenhuma crença a quem quer que seja.

É importante dizer que o Estado laico pluriconfessional não é um estado religioso pluriconfessional. São dois horizontes totalmente diferentes. Nós estamos aqui falando em democracia, que é um Estado laico, pluriconfessional, o que acaba admitindo certas colaborações de entidades religiosas com poder público. Como se encontra, por exemplo, no artigo 19 ou no artigo 210 da Constituição, quando trata do ensino religioso, que passa a ser admitido desde que voluntariamente haja adesão do estudante. É uma medida de política pública dedicada à abertura de espaço para todas as religiões e que esse espaço não seja subvertido como uma forma de intromissão de poder religioso dentro do ensino público. Este duplo cuidado deve estar presente. Este é o preço da liberdade: ter em mente um cuidado permanente é o desafio do Estado pluriconfessional. Ganha com a laicidade a liberdade religiosa e se esses cuidados não forem tomados, perde a laicidade e a liberdade religiosa.

Lusmarina Garcia

Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC)

Quando formamos ou constituímos um movimento interreligioso no Rio de Janeiro, por ocasião da ECO 92, veio a questão da aprovação da lei do ensino religioso. Nós, naquela época, pensamos que seria importante ter ensino religioso nas escolas para que as crianças fossem informadas e aprendessem acerca da diversidade religiosa que existe no país. Depois, tornou-se o ensino confessional que acaba privilegiando, de novo, uma ou duas confissões. Eu participei de um debate e pensei que se o ensino religioso é para ser ensinado desse jeito, como está acontecendo agora, eu preferia que não houvesse ensino religioso nas escolas, porque essa não é a intenção, não é o objetivo.

Sônia Corrêa

ABIA

Eu gostaria de fazer uma observação sobre o ensino religioso. O nosso marco normativo de laicidade tem problemas. Eu tenho a impressão de que quando

invocamos a laicidade em nossos debates temos a fantasia do Estado laico do século XIX, da Primeira República que começou a ser demolido na transição da República Nova a partir de Getúlio Vargas, em 1930, que fez um acordo aberto com a Igreja Católica na Constituinte de 1934. Nós temos problemas com o marco normativo, mas além disso, as fronteiras políticas e a economia política da laicidade no Brasil produzem um borramento de fronteiras permanente. O que está na norma é rapidamente driblado e reconstituído, assim é a política brasileira.

A definição constitucional diz que o ensino religioso é facultativo. E, para as outras crianças, você tem que criar uma atividade paralela. Isso não foi implementado. Os Estados começaram a adotar leis estaduais de ensino religioso obrigatório e que estão contra a definição constitucional. E uma definição do Conselho Nacional de Educação, uma decisão da LDB de 1998, que produziu mais problemas, adicionando uma palavra que sugere obrigatório, mas não é. O professor Arthur Giannotti deixou o Conselho Nacional de Educação por causa disso. Então, temos uma norma que é continuamente desobedecida e cria situações borradas por

causa do processo político, ou seja, da economia política, dos interesses envolvidos. Eu gostaria de pontuar que a norma e os parâmetros regulatórios são muito importantes, os parâmetros constitucionais brasileiros são limitados.

Precisávamos refundar a laicidade para que seja condizente com as condições do século XXI. Mas além da norma, nós temos o problema da política, a política feita em nome dos interesses. Como no Rio de Janeiro, onde ensinase criacionismo nas escolas, porque a senhora Rosa Garotinho assim o decidiu e mais nada. Se fossemos uma sociedade mais democrática, na qual a deliberação democrática funcionasse, o criacionismo das escolas do Rio de Janeiro teria que ser abolido e para isso dependemos da política.

Yalorixá Jaciara

Terreiro de Abassá e SPM/BA

Eu falei da minha indignação de ainda ter terreiros invadidos. E a questão da educação e o que temos sofrido nas escolas. Juntamente com o movimento negro temos ido mesmo pra cima, fazendo seminários e ido a debates públicos, o que ainda é muito pou-

co. Mas o que precisamos é a mídia a nosso favor. Temos feito isso através de vídeos: mulheres de axé, vozes contra a intolerância religiosa. Temos que levar materiais, temos elementos políticos para isso. Temos que ter o que levar para essas escolas, para as crianças, e as educadoras entenderem que não é uma forma de impor. Quando você se inicia e vai para o espaço da educação, você não está pedindo para ela te aceitar ou sua religião, mas respeitar o seu momento enquanto noviça de axé.

Então eu acho que esse é o momento de se falar da educação; não são só as leis que não estão sendo cumpridas; mas buscar mecanismos que possam coibir essa violência. Inclusive o livro "Mulheres de axé", lançado nos EUA, de Macota Valdina, que também pulveriza o tema, porque a própria mídia é perversa.

As pessoas dizem o seguinte, "ah! O candomblé cultua o diabo"; não cultuamos o diabo, o diabo é de outro segmento religioso. Cultuamos Exú, que é o mensageiro, que dá caminho, que é o amor, que é a procriação, que é o nascer do bebê. A mídia é perversa. Eu gostaria de estar falando sobre isso para o universo; para todo mundo entender que não tem isso no candomblé.

Eu gostaria de aproveitar e dizer que estou à sua disposição, meu terreiro, para a gente criar espaço, nos fortalecermos para coibir essa violência.

Na Bahia tivemos um momento muito difícil. Um vereador que fez um projeto de lei que não podíamos matar galinha em terreiro.

A gente tem que rir, porque o povo de candomblé sofre, mas ri. O racismo é perverso. A gente bota o nariz lá em cima e diz que vem mesmo pra mudar.

E queria falar também que tem um candidato na Bahia que é evangélico e a campanha dele (toda) está propondo retirar os terreiros da Bahia e tirar os orixás do dique. Aí eu fiquei pensando: já pensou se eu me candidato a qualquer coisa e digo "se não votar em mim eu vou fazer ebó", eu acho que ia ser a candidata mais votada do país. Precisamos brincar um pouco com essa dor para o racismo não matar.

Uma professora se iniciou no candomblé, foi dar aula e os alunos faziam terrorismo com ela. Ela ficou com pânico, saiu doente. Esse racismo, o Estado não-laico têm matado, têm feito pessoas morrerem. Falar desse Estado laico é a proteção à vida.

Axé !

Sônia Corrêa

ABIA

Eu acho que existe um caminho de ampliação, esse caminho que estamos fazendo aqui, caminho mais político, mais formal. Vamos reunir aqueles que estão mais organizados e que têm falado sobre isso e que têm interesse e isso é absolutamente vital.

Eu acho que o desafio é mais profundo. Eu penso que as forças progressistas da sociedade brasileira deixaram de conversar com a sociedade, deixaram de produzir espaços de troca, de sociabilidade. Eu acho o que os terreiros fazem e por isso estão se tornando essa linha de frente deste embate e dessa conversa, pois proporcionam um lugar onde as pessoas vão, onde podem conversar. Os setores progressistas da sociedade deixaram de fazer isso há muito tempo. Ficamos olhando para as instituições, as normas e deixamos de proporcionar esse espaço e é aí que estamos perdendo terreno.

Porque as pessoas que buscam uma religião de corte mais dogmático, não é porque elas desejam ser fanáticas, elas vão aí porque estão em busca de respostas às ansiedades espirituais, ansiedades da vida e as vozes dogmá-

ticas religiosas as acolhem, oferecem coisas, vendem coisas, porque é uma teologia de mercado e proporcionam um lugar. Depois, esses líderes falam em nome dessas comunidades.

Todos os estudos mostram que uma parte significativa das comunidades evangélicas não pensa igual ao que diz o Sr. Silas Malafaia ou o Sr. Marco Feliciano, pensam diferente e agem diferente. Mas essas forças estão monopolizando as vozes das comunidades religiosas. Então eu acho que o meu desafio é buscar a polivocalidade, buscar pluralidade de vozes no campo religioso, de lá debaixo. Como a sociedade brasileira não tem feito como deveria fazer, é por isso que o pessoal do terreiro tem feito um trabalho inacreditável, porque está produzindo isso, está proporcionando o lugar da conversa, o lugar do encontro e ao mesmo tempo enfrentando politicamente a intolerância e essas restrições.

Público 4:

Sou fotojornalista e coordenador do Afro/DF. Eu acho muito interessante o tema sobre laicidade do Estado quando nossos governantes ainda conseguem

olhar os templos religiosos como currais eleitorais. Eu me pergunto que laicidade é essa que nós queremos discutir? Que laicidade é essa na qual o próprio partido que eu ajudei a criar encara e trata as religiões como o seu grande curral eleitoral? **Será que nós vamos conseguir realmente essa laicidade em um país com tal comprometimento que vemos? Onde alguns camelôs de cristo vendem Deus e a salvação como uma mercadoria das mais vagabundas contrabandeada pelo Paraguai?**

Aqui em Brasília, uma criança de nove anos e outra de doze foram proibidas de brincar na rua, porque os pais eram macumbeiros. Temos aqui relatos de intolerância religiosa que vão até a agressão física. Nós estamos vivendo um momento no qual **corremos o risco de ver nascer no país o Estado democrático cristão evangélico.** E isso acarretará um problema sério para quem é das religiões de origem africana, inclusive também, para os homossexuais. Dentro desse parâmetro, a senhora que é luterana deve saber que toda vez que eu vou em um debate eu sempre ouço estas coisas: “ah, nem todos os cristãos são assim”. Mas a senhora quer saber de uma coisa, eu nunca vi um que

pensa diferente levantar a voz e defender aquele que está sendo agredido. Eu nunca ouvi um que não pensa igual que a gente tá ouvindo aqui “nós não pensamos, nós não concordamos. Pare.” E tá aí, templo de Salomão à custa de sacrifícios sabe-se lá de quem. Eu gostaria de ouvir esse discurso “nós não somos iguais”. Eu não sou cristão, mas a minha religião tem como princípio básico o respeito ao próximo.

Público 5:

Eu sou sacerdotisa da religião WICCA, ou seja, eu sou uma bruxa. E isso sempre provoca uma reação nas pessoas. Se as pessoas da religião afro são discriminadas, a minha religião, que é muito pequena, é ainda mais discriminada, e isso em várias vertentes diferentes. E falar das religiões neopagãs, um grupo grande de religiões e a WICCA, religião a que pertencço, é maior, mas mesmo assim são muito poucas pessoas.

A nossa atuação política tem que se fazer nesse tipo de espaço e certamente nossas crianças também sofrem várias formas de discriminação dentro da escola. Por exemplo, na época de 31 de Outubro, que é o dia do Halloween,

nossa principal data de comemoração, uma festa das famílias, ano novo, tempo de cultuar nossos ancestrais, e nossos filhos vão para a escola para comemorar a noite dos druidas, “quando estes matavam pessoas e as ofereciam ao demônio”. Ou seja, o mesmo discurso discriminatório, o demônio também não nos pertence e nem está nas mitologias que nós seguimos. Porém, esse é um discurso usado para desqualificar.

Creio que nos espaços públicos, precisamos também nos pautar em alguns pontos de discurso comum. Precisamos lutar juntos para abolir a ideia de seita, que é uma palavra usada para desqualificar as religiões minoritárias. Tornar isso algo “feio”; ser culturalmente tomado como um valor por todos. Mudar a linguagem significa mudar a sociedade. Nesse contexto, gostaria de dizer que sou advogada, especializada em defesa de discriminação religiosa e nós precisamos muito desse tipo de especialidade para assegurar as nossas religiões, pois em diversos casos temos pessoas que são mandadas embora de seus empregos. Principalmente mães que são ameaçadas de perder a guarda de seus filhos porque são chamadas de bruxas e isso leva a uma série de erros conceituais. E eu fico à disposição do pessoal

das religiões afro e de qualquer pessoa que seja discriminada em função da religião para atuar nesse campo.

No entanto, a minha pergunta hoje é dirigida ao juiz Roger, a propósito eu também sou Consultora Legislativa da Câmara dos Deputados e trabalho com as leis legislativas justamente na área penal. E tenho percebido que **os líderes das religiões majoritárias precisam se responsabilizar pelo combate à violência. E eu acho que o maior foco de violência hoje é o excesso de proselitismo.**

Eu tenho pensado muito em um tipo penal específico que resolvesse o problema daquelas pessoas que são assediadas nas escolas, em outros lugares devido às suas convicções religiosas, e quando às vezes o proselitismo beira as raias do crime. E creio que isso, também, poderia coibir uma série de coisas e talvez conduza os líderes da religião minoritária a fazer uma reflexão.

Vivemos uma disputa de mercado político e econômico e essas religiões são majoritárias porque têm um apelo maior em termos de “conquista de clientes”. Porque, por puro costume de ir ao ritual, de ensinamentos, essas religiões são concorrentes diretas dessas

outras, que podemos chamar de empresas pseudoevangélicas. E isso tem tudo a ver com a concessão de rádio e TV, que é uma enorme disputa de mercado e se perdermos isso de vista, perde-se grande parte da compreensão desse debate.

Público 6:

Boa noite a todos e todas. Integro o Coletivo Intervozes, que debate a democratização dos meios de comunicação, e faço parte da executiva do Fórum Nacional da Democratização da Mídia. Gostaria apenas de compartilhar uma reflexão que temos feito no sentido de entender a forma como as concessões de rádio e TV estão organizadas atualmente. Precisamos avançar no sentido de proibir a concessão de rádio e TV por organizações religiosas em geral. As concessões atualmente são definidas em função do critério de quem paga mais pela outorga no processo licitatório. E esta regra, por si só, é discriminatória para o conjunto das religiões.

Ninguém é contra a existência de programas e de conteúdo religioso nos meios de comunicação de massa, mas o controle de concessões, por organi-

zações religiosas, será sempre desigual em função da desigualdade do poder econômico das próprias organizações religiosas no país. Temos uma proposta de um projeto de lei de iniciativa popular da mídia democrática que ataca esse problema, que proíbe o controle de outorga por organizações religiosas e que defende a diversidade da programação religiosa a partir de um mecanismo que denominamos de “direito de andar”, ou seja, garantir espaço para que o conjunto das religiões possa expressar as suas visões de mundo, as suas ideias, as suas opiniões. E ataca a desigualdade de poder econômico de algumas religiões, o que faz com que possam comprar espaço na grade das emissoras de TV. É algo que viola a lei de concessões. Alguns canais vendem até 22, 23 horas para a veiculação de conteúdo religioso na sua grade, mas também vende para programas de leilão de tapete, de joias etc. Entendemos que essa prática é irregular e tem sido explorada principalmente pelas religiões evangélicas. **De maneira que o projeto de lei de iniciativa popular na mídia democrática volta a ser fundamental, pois trata de proibir a concessão ou arrendamento da grade para quaisquer fins**, mas que terá um marco significativo do ponto de vista das religiões, que promoverá

a diversidade religiosa a partir da perspectiva do direito de antena que você gasta, que é quando você garante um espaço para todas as religiões.

Público 7:

Boa noite. Sou vice-presidente da Comissão pela Liberdade Religiosa da OAB/DF. A OAB/DF desde 2008 trata desse tema e temos acolhido todas as comunidades, sejam das religiões majoritárias, minoritárias e inclusive dos que não têm religião para poderem levar as suas dúvidas e reivindicações, tanto no âmbito federal, como também no âmbito do Distrito Federal, para que possamos acolher, analisar e, eventualmente, encaminhar soluções para esses problemas. Saibam que a Ordem dos Advogados do Brasil é um órgão de classe, mas é também um órgão de defesa do Estado democrático de direito. Os senhores podem chegar lá e apresentar um documento simples, sem muitas formalidades, simplesmente relatando qual foi o problema e endereçando a Comissão de Liberdade Religiosa. A Comissão vai analisar o caso e, entendendo que existe de fato um problema, eventualmente um caso de restrição de liberdade religiosa por

parte do Estado e/ou mesmo problemas entre grupos, entre particulares, mas que o Estado não intervenha sobre nenhuma forma de vida. A OAB do Distrito Federal vai se posicionar do lado dos senhores. De qualquer forma, eu também gostaria de levantar outra questão muito rapidamente, existem setores conservadores, os quais têm ameaçado a liberdade religiosa, mas também não vi nenhuma fala sobre as ameaças de que setores progressistas possam restringir a liberdade religiosa.

Mary Aune

Comunidade Bahá'í

Eu quero devolver à palavra pra mesa.

Roger Raup Rios

Juiz Federal

Há um ponto em comum nas falas: é preciso desenvolver uma vida democrática, não só intensa, forte, mas comprometida em diálogo, em tolerância, em paz e em respeito. Porque seja mediante medidas jurídicas, através do diálogo interreligioso, ou da atuação de outros

atores é que poderemos criar as condições de um modelo institucional, que não só seja bem desenhado, mas seja bem preservado e a liberdade acabe prevalecendo.

Eu acho que medidas de caráter institucional, eventualmente, podem até se mostrar necessárias e eu não sou por princípio contrário a elas. O que eu acho que nós temos que evitar é tomar como diretriz primeira e como ideia de que isso solucionaria a nossa vida. Seria um recurso imediato da institucionalidade jurídica, formalmente falando ao direito penal. Por princípio sou a favor de uma democracia intensa, como diria Boaventura de Souza Santos. E parece-me que é fundamental a liberdade religiosa, seja pelo que os colegas colocaram, seja pela avaliação política que a Sônia fez, e todos os elementos jurídicos que eu busquei para contribuir com esse debate.

Lusmarina Garcia

Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC)

Eu gostaria de dizer como trabalhamos com esta questão do proselitismo. Tivemos esta semana uma reunião no

Rio de Janeiro com representantes de diversas religiões e, também, organizações não-governamentais da sociedade civil e nessa reunião sugeriu-se que haja um plano nacional de diversidade que lidaria com essas questões e parece que existe um encaminhamento.

Eu gostaria de dizer para o meu irmão que é fotógrafo que nós somos muito diversos. Cristãos, cristãs, as diferentes tradições, diferentes igrejas, protestantes, católicos, ortodoxos, há uma diversidade imensa e há muitos cristãos que não compartilham deste tipo de visão. Dizemos não de muitas maneiras. Se vocês forem no site do CONIC, vão ver todas as manifestações públicas que o CONIC escreve sobre os diferentes temas do Conselho Mundial de Igrejas. O conselho que articulou todo o suporte financeiro e internacional para a produção do projeto "BRASIL NUNCA MAIS".

Na verdade, as igrejas cristãs estão presentes em diversos âmbitos e são muito amigas das religiões afrobrasileiras. Agora nós não temos um discurso de mercado, não arrancamos dinheiro do povo, portanto não temos dinheiro para bancar um canal de televisão, ou rádio, e, por isso, a nossa voz é uma voz

que acaba não aparecendo. É uma coisa que a gente tem discutido junto com a sociedade civil e com os movimentos sociais para que este tipo de voz apareça para todo mundo.

Jaciara, eu gostaria de te dizer uma coisa, **eu acho que a religião é a máscara para esses grupos fundamentalistas. O que está por trás é uma atitude de misoginia, de intolerância, e a religião é o que está de fora como uma casca: então temos muito que caminhar.**

Sônia Corrêa

ABIA

Se eu entendi bem eles nos perguntam se não há vozes progressistas que se pronunciam de maneira crítica sobre a liberdade religiosa. Eu quero dizer que sim. Eu acho que o debate no Brasil e em outros países, em razão da virulência da posição dogmática, tem levado setores progressistas a uma posição também intolerante em relação à liberdade religiosa, uma posição que não é de escuta. E que lança mão e imagina que soluções autoritárias, verticais, impositivas e coercitivas vão solucionar o problema.

Eu sou radicalmente contra a criminalização da homofobia, eu tenho uma posição alinhada com os críticos da lei penal, pois é o braço do Estado. O Brasil tem a quarta maior população carcerária do mundo e estamos nos encaminhando para um milhão de pessoas encarceradas no mundo e sabemos quem está nessas prisões: os pobres, os negros, tem cor, tem endereço. O número de mulheres encarceradas mais que quintuplicou por efeito do tráfico de drogas e da criminalização das drogas. Então, nós temos outro desafio, relacionado com este aqui; temos que começar a pensar politicamente.

Há uma tendência na cultura política brasileira de considerar a lei penal como o melhor recurso pedagógico para resolver o problema social. É uma longa tradição que vem do Pelourinho, plantado nas primeiras povoações brasileiras. Acho que temos o desafio de repensar a maneira como vemos a lei penal, de maneira seletiva. Não fazemos uma crítica profunda. Dogmatismo intolerante e autoritarismo não são privilégios das forças religiosas. A ciência é dogmática, a política é dogmática, setores seculares são dogmáticos e nós mesmos temos os nossos dogmatismos.

Mary Aune

Comunidade Bahá'í

Passo a palavra para os inscritos

Público 8:

Sou estudante do serviço social e LGBT, faço parte da Assembleia Nacional dos Estudantes Livres.

Como pensarmos um Estado laico brasileiro se na atualidade é permitida a participação de organizações religiosas nos diversos conselhos de políticas públicas e sociais, por exemplo, Conselho de Saúde, Conselho de Educação, tendo em vista que eles aparelham esses conselhos e agem de maneira fundamentalista? Não temos como negar que o projeto de religião é um projeto de sociedade, por isso muitos espaços acabam sendo estratégicos politicamente e isso é um problema muito sério. E também a questão do repasse de verbas públicas para ONGs religiosas. Em Brasília eu pude acompanhar um caso do serviço social, a partir de um estágio em uma ONG espírita. Eles tinham espaços de acolhimento de crianças, mas tinha uma criança LGBT, que não

podia ser LGBT nesse espaço. Não existe nenhuma forma de controle em torno disso. Eu acho que o espaço dos conselhos é o espaço da organização civil, dos movimentos sociais, de diálogo. Como, por exemplo, a Igreja Universal do Reino de Deus, não é somente uma igreja, já é uma corporação presente em vários países, sem auditoria pública e sem saber para onde vai este dinheiro, e os próprios membros não sabem o que é feito do dinheiro.

Público 9:

Boa noite a todos e todas. Eu estou aqui representando a Plataforma DHESCA Brasil, mas minha fala não é institucional, é uma fala pessoal, enquanto mulher negra do candomblé e advogada. Pensar em um direito que é neutro, que é ideal como foi falado, é realmente idealizar e sonhar que as decisões do Poder Judiciário não vão estar eivadas daquilo que compõe o sujeito dentro da sua subjetividade. É óbvio que o promotor, o juiz não irão dar nenhuma sentença, colocar efésios, versículo tal a tal para justificar uma decisão judicial, mas ele vai muito bem dei-

xar de cumprir uma decisão judicial, um mandamento legal, em virtude do caminhar que ele tem, religioso, político, ideológico. Por exemplo, a imunidade tributária do IPTU. Existe uma legislação federal brasileira que impede o acesso do povo de terreiro, sendo que nas religiões cristãs não é bem assim. Contaminação no espaço público não é só da violência física, da morte, do homicídio, mas estamos falando no dia-a-dia. A política pública não está sendo exercida no hospital, porque a enfermeira é evangélica, ela se despe da roupa pública e veste a roupa religiosa e inviabiliza a política pública, a garantia de direitos.

Enquanto estudante de direito, sou do candomblé e vou levar meu povo e minha religião, assim como outros fazem. Mas qual é o limiar disso? É uma linha muito tênue. Se vou em alguma medida defender a minha religião, até que ponto eu estou colocando de lado os outros? Mas eu também penso, os outros não foram discriminados como o povo negro, nós mulheres negras fomos estupradas num processo de embranquecimento.

Público 10:

Trabalho na Anistia Internacional, sou ativista pelos direitos sexuais e reprodutivos. Sônia ontem colocou na minha linha do tempo um artigo do Gregório Duvivier, que tem feito um trabalho incrível na desconstrução de vários estereótipos, de vários conceitos que estão tão enraizados, como o "Brasil do armário". E ele conclama sapatões, gays, bissexuais, maconheiros, bichas, "uni-vos, porque o lado de lá tá bem juntinho".

Eu trabalhei em uma pesquisa durante quase um ano sobre o movimento evangélico norte-americano, exportando homofobia e outras formas de discriminações, como o movimento mesmo anti-direito, que está bastante organizado, sólido e se espalhando pelo mundo inteiro.

Eu também faço parte da Marcha das Vadias e venho acompanhando vários outros movimentos com novas iniciativas e formas de se mobilizar, e estou muito assustada com uma tendência de se fragmentar muito e com isso temos enfraquecido o tecido social. Uma galera que poderia estar muito mais junta fazendo uma linha de frente contra o processo conser-

vador que vem acontecendo no Brasil e na América Latina, nos últimos tempos. Então, como conseguimos encontrar os consensos e acordos mínimos no nosso campo de esquerda para nos fortalecermos e conseguirmos construir alguma coisa, ao invés de ficarmos nos descontruindo e nos enfraquecendo.

Eu estou muito assustada com a tendência de vitimização, de desempoderamento que vem acontecendo dentro dos movimentos. E, nesse contexto, eu irei quebrar este protocolo e fazer uma homenagem do fundo do meu coração para a dona dessa casa, que vem sendo sistematicamente atacada, inclusive judicialmente, por ser um lugar que acolhe macumbeiros, pretos, sapatão, gay, bicha, travesti e se a gente não tem, como a Sônia estava falando, esse tipo de espaço que acolhe o debate e o diálogo e da diversidade das vozes que estão sendo atacadas, tudo fica mais difícil.

Uma homenagem também ao Movimento Estratégico do Estado Laico, que está permitindo o debate que estamos tendo aqui hoje. Colocando mais uma pedrinha na história e tenho certeza que a partir de hoje muita coisa muda na cabeça e no coração de muita gente.

Público 11:

Dízimo não construiu o Templo de Rei Salomão. O que está acontecendo nesse país é lavagem de dinheiro. Eu tenho um amigo, do templo antigo, que falou isso. Eles foram lá, nos presídios, levar a palavra de Deus para o crime organizado e descobriram uma forma de lavar dinheiro. Dízimo não paga imposto, dízimo não tem fiscalização. O crime organizado no Brasil está lavando dinheiro nessas igrejas neopentecostais.

Dízimo de neopentecostais não compra as redes de TV, não paga horário, não paga. O crime organizado tomou conta das igrejas. Para vocês terem uma prova, estão fechando os terreiros nos morros do Rio de Janeiro, em Pernambuco e na Bahia. Eu nunca vi uma lavagem de dinheiro tão bem feita quanto nessas igrejas.

Outro ponto é em relação ao racismo. O racismo está ocorrendo nas escolas, mas existe um racismo pior: é no mercado de trabalho. A maioria das empresas terceirizadas são da parte de limpeza, onde está a maioria da população negra, e pertence aos evangélicos. E eu conheço várias pessoas de terreiro que têm que renegar sua reli-

gião, porque se falar na empresa que é de terreiro não consegue emprego ou é demitido. O racismo é cruel. Se o cara é evangélico, tá empregado. Se descobrirem que o cara é de terreiro, tá demitido.

Mary Aune

Comunidade Bahá'í

Rapidamente, eu volto a palavra a mesa para os últimos comentários e a gente encerra essa noite de hoje.

Lusmarina Garcia

Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC)

A temática é vasta e eu gostaria de dizer que precisamos realmente buscar mecanismos de visibilizar este discurso, essa unidade, esse companheirismo. E vou usar um termo cristão: a gente precisa fortalecer a amizade e encontrar os mecanismos de torná-la visível, porque é só assim que vamos fazer alguns enfrentamentos. Obrigada por ficarem aqui até agora.

Sônia Corrêa

ABIA

Eu gostaria de fazer um pequeno comentário sobre os efeitos da intolerância e do dogmatismo no mercado de trabalho. Como pesquisadora, uma lacuna enorme é que não temos documentação efetiva e suficiente dos efeitos do crescimento da intolerância religiosa e dogmatismo religioso quer seja na educação, quer seja na saúde. Só temos relatos e episódios.

A chefe do grupo especial das Nações Unidas sobre direitos culturais, que é uma paquistanesa, esteve no Brasil há quatro anos e fez um relato incrível sobre a discriminação de crianças vinculadas a famílias de tradição afrobrasileira que usam colar no sul do país. Esse é um relatório que não foi divulgado no Brasil, ninguém o discutiu. A documentação é uma evidência desses efeitos; uma maneira de chegar na mídia e isso não está documentado. Eu

compreendo e concordo que o mundo dos terreiros, do povo de terreiro, é o baluarte, é o ícone, é o lugar da memória da história africana no Brasil e da negritude brasileira, mas precisamos lembrar que as pessoas negras estão também nas outras religiões. Isso é só mais um complicador da situação. Há negros nas outras religiões, há negros nas igrejas católicas, há negros no espiritismo de mesa branca e eu acho que esse é um aspecto que não deveríamos nos esquecer.

Yalorixá Jaciara

Terreiro de Abassá e SPM/BA

Vemos uma proposta que se multiplica quando há uma relação de quem fala com quem pergunta. O racismo tem feito transformações negativas na vida dos seres humanos e espero que este movimento traga frutos de mudanças para o universo.

Seminário Nacional do

“Laicismo ou laicismo
Demo

26 A 28

Fund

Ministry of

Organização:



Apoio:

■■■ HEINRICH BÖLL STIFTUNG
15 ANOS no BRASIL